

ELEMENTOS CENTRAIS

EMPRESAS PASSAM A TRATAR DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COMO ATIVO ESTRATÉGICO EM NEGOCIAÇÕES E VALUATION

▶▶ Leia na página 8

Nova regulamentação pressiona plataformas a agir contra fraudes e conteúdos criminosos

Decretos assinados pelo governo federal reforçam deveres de prevenção e remoção de conteúdos ilícitos, com reflexos diretos sobre fraudes eletrônicas, golpes financeiros e a responsabilização das plataformas

Os decretos assinados pelo presidente Lula para regulamentar a atuação das plataformas digitais no Brasil representam uma das mais relevantes mudanças recentes na responsabilização das empresas de tecnologia que operam no país. As medidas atualizam regras relacionadas à moderação de conteúdo, ampliam mecanismos de fiscalização e estabelecem parâmetros para que as plataformas atuem de forma mais efetiva na prevenção e remoção de conteúdos ilícitos, especialmente aqueles relacionados a golpes, fraudes e outras práticas criminosas no ambiente virtual.

Segundo o advogado Enzo Fachini, especialista em Direito Penal Econômico e sócio do FVF Advogados, um dos principais pontos da regulamentação está na possibilidade de responsabilização das plataformas diante de falhas estruturais em seus mecanismos de controle e resposta a conteúdos ilícitos.

"A falha sistêmica se configura quando há um padrão reiterado de omissão da Big Tech, como não atendimento a canal de denúncia, ausência de moderação privada, descumprimento frequente de notificações, só para ficar em alguns exemplos."

A discussão ganha relevância diante do crescimento dos golpes financeiros praticados pela internet, muitos deles impulsionados por anúncios patrocinados, perfis falsos e ofertas de investimentos irregulares divulgadas em plataformas digitais.

"O ponto sensível é definir exatamente o que é conteúdo criminoso. Alguns exemplos são objetivamente fáceis, como fraudes digitais, propagação de violências, deep fake, etc. Mas e quanto a divulgação de produto financeiro voltado ao investidor comum, que ao final provase fraudulento? Será objeto também? Pontos

Divulgação



Enzo Fachini



Alexander Coelho

“A falha sistêmica se configura quando há um padrão reiterado de omissão da Big Tech, como não atendimento a canal de denúncia a canal de denúncia

limítrofes ou não tão obvios serão testados”, afirma Enzo Fachini.

O advogado destaca que “obrigações das plataformas em guardarem dados de anunciantes, por exemplo, são medidas investigativas úteis que podem influenciar em investigações de fraudes digitais e crimes financeiros. Isso facilitará o trabalho investigativo das autoridades.”

As medidas colocam o Brasil em sintonia com movimentos regulatórios observados em outros países, e que vêm ampliando a responsabilidade das plataformas digitais na prevenção de danos e na mitigação dos riscos associados à circulação de conteúdos ilícitos e à prática de crimes no ambiente virtual.

Marco Civil da Internet e o espaço regulatório

Existe ainda uma questão institucional extremamente relevante. O Marco Civil da Internet foi concebido justamente para evitar que empresas privadas se transformassem em árbitros do debate público. "Por isso, estabeleceu-se como regra que a responsabilização civil das plataformas dependeria do descumprimento de ordem judicial específica. A lógica era clara:

“Estabeleceu-se como regra que a responsabilização civil das plataformas dependeria do descumprimento de ordem judicial específica

preservar o devido processo legal e impedir remoções arbitrárias motivadas por pressões políticas, econômicas ou reputacionais”, argumenta Alexander Coelho, sócio do Godke Advogados e especialista em Direito Digital, IA e Cibersegurança.

Outro ponto sensível é a expansão gradual das atribuições da ANPD. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados nasceu com a missão de fiscalizar o tratamento de dados pessoais à luz da LGPD. "Aos poucos, porém, passa a ocupar um espaço regulatório muito mais amplo dentro do ecossistema digital. Isso pode trazer coordenação institucional e maior capacidade de fiscalização, mas também exige cautela. Uma autoridade administrativa não pode, por via indireta, assumir o papel de árbitra geral da circulação de informações no ambiente online", conclui o especialista.

Enzo Fachini - advogado, mestre em Direito Penal Econômico pela FGV. Sócio do FVF Advogados.

Alexander Coelho - sócio do Godke Advogados, especialista em Direito Digital, IA e Cibersegurança. Mestrando em Direito e Inteligência Artificial pela Washington & Lincoln University (EUA).

Benefícios além do básico: o impacto na relação entre empresas e colaboradores

Durante muito tempo, oferecer benefícios corporativos significava seguir um modelo praticamente padrão. Vale-refeição, vale-transporte, assistência médica e bônus anuais compunham o pacote considerado suficiente para atrair e manter profissionais. ▶▶

A automação fiscal deixou de ser tendência e virou sobrevivência

A rotina fiscal e contábil no Brasil sempre foi marcada por um paradoxo: quanto mais o país avança na digitalização, mais cresce a complexidade operacional para quem precisa cumprir obrigações acessórias, transmitir declarações e garantir conformidade. ▶▶

A nova vantagem competitiva não está nos modelos de IA, mas nos dados

Por muito tempo, empresas mediram progresso em IA pelo modelo que usavam. GPT-4 ou Gemini, proprietário ou open source, fine-tuning ou RAG. ▶▶

Entenda o movimento migratório dos profissionais de tecnologia para o EUA

Profissionais brasileiros de tecnologia que optam por construir carreira ou empreender fora do país têm encontrado um mercado global cada vez mais promissor. Inseridos em polos globais de inovação, esses talentos vêm ampliando sua presença em hubs estratégicos, liderando projetos, captando investimentos e fundando startups com alcance mundial. ▶▶

Para informações sobre o

MERCADO FINANCEIRO

faça a leitura do QR Code com seu celular



Negócios em Pauta

Divulgação



Caravana Judiciária no Rio de Janeiro

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) recebe, no dia 26 de maio de 2026, às 8h30, mais uma etapa da Caravana Nacional da Cooperação Judiciária, iniciativa da Revista Justiça & Cidadania dedicada a sensibilizar e capacitar magistrados, chefes de gabinete e assessores jurídicos para reconhecer e prevenir fraudes e litígios abusivos nos segmentos de saúde suplementar, transporte aéreo, sistema financeiro e telecomunicações. A proposta é discutir, à luz da experiência fluminense, os efeitos da litigância abusiva sobre a duração dos processos, os custos operacionais do Judiciário e a credibilidade do sistema de Justiça. Certificação: 4 horas de atividades complementares para estudantes Aberta ao público. ▶▶ Leia a coluna completa na página 3

News@TI

Divulgação/Fórum E-Commerce Brasil 2026



Fórum E-Commerce Brasil 2026

@O Fórum E-Commerce Brasil 2026, maior e mais completo evento de e-commerce do mundo, começa a revelar os detalhes da curadoria das plenárias de sua 17ª edição, que acontece entre os dias 28 e 30 de julho, no Distrito Anhembi, em São Paulo. A programação reforça o posicionamento do evento como principal espaço de articulação estratégica do comércio digital brasileiro, reunindo lideranças, empresas, executivos e especialistas para discutir as transformações estruturais que já começam a redefinir o varejo digital global. Depois de reunir mais de 42 mil visitantes em 2025, com a participação de 15.901 empresas, 12.705 executivos C-level, 334 expositores e mais de R\$ 2,3 bilhões em negócios gerados, o Fórum amplia agora o foco sobre temas considerados centrais para o próximo ciclo do mercado: IA agêntica, marketplaces, transformação da indústria, creators, retail media, comportamento, branding, eficiência operacional, tecnologia, logística e novas dinâmicas de consumo (https://eventos.e-commercebrasil.com.br/forum). ▶▶ Leia a coluna completa na página 2

Literatura

Livros em Revista

Por Ralph Peter



▶▶ Leia na página 4